

Índice

Índice de abreviaturas	9
Apresentação	11

Capítulo 1

A regulação do trabalho na era digital – que desafios?	13
1.1. O Direito do Trabalho ante os desafios da economia digital	14
1.2. O «renascimento industrial europeu»	18
1.3. Os desafios da economia digital para o mercado de trabalho em Portugal	21
1.4. O caso da indústria 4.0	26
1.5. Considerações finais	29

Capítulo 2

A Constituição de 1976 e o Direito do Trabalho	31
2.1. A «Constituição Laboral» e a dimensão social do Direito do Trabalho	32
2.2. A flexibilização do Direito do Trabalho	34
2.3. Da flexibilização da organização do tempo de trabalho	39
2.4. Da flexibilização da cessação do contrato de trabalho	41
2.5. Considerações finais	47

Capítulo 3

No centenário da Inspeção do Trabalho em Portugal	51
3.1. Trabalho e Coesão Social	52
3.2. O propósito de promoção de uma maior efetividade legal	57
3.3. A fiscalização das condições de trabalho ante as recentes alterações ao Código do Trabalho	62
3.4. Considerações finais	68

Capítulo 4

Das alterações ao regime do despedimento por extinção de posto de trabalho	71
4.1. Da dignidade da pessoa humana como expressão do modelo político e social	72
4.2. A proibição dos despedimentos arbitrários e os limites da justa causa	75
4.3. A Lei n.º 23/2012 e o seu enquadramento socioeconómico	84
4.4. A Lei n.º 27/2014 o e o novo regime do despedimento por extinção de posto de trabalho	91
4.5. Considerações finais	101

Capítulo 5

Das alterações ao regime do despedimento por inadaptação	105
5.1. O pacote legislativo de 1991 e a razão de ser do despedimento por inadaptação	106
5.2. As alterações introduzidas pela Lei n.º 23/2012 e pela Lei n.º 27/2014	115
5.3. Considerações finais	120

Capítulo 6

Das alterações ao regime da organização do tempo de trabalho	123
6.1. A flexibilização da gestão do tempo de trabalho	124
6.2. A Lei n.º 23/2012 e as alterações ao Código do Trabalho	128
6.3. A individualização da organização do tempo de trabalho: da adaptabilidade individual ao banco de horas individual	132
6.4. Considerações finais	140

Capítulo 7

A parentalidade na revisão do Código do Trabalho	143
7.1. O contexto da reforma laboral de 2009	144
7.2. O propósito da melhoria das possibilidades de conciliação entre vida profissional e vida familiar e igualdade de género	145
7.3. Considerações finais	149

Capítulo 8

A igualdade de género no trabalho	151
8.1. O longo caminho da promoção da igualdade de género – enquadramento	152
8.2. Representatividade social e igualdade no trabalho	164
8.3. Considerações finais	176

Capítulo 9

O assédio moral no trabalho	179
9.1. Enquadramento internacional	180
9.2. Evolução histórica	185

9.3. O assédio moral no Código do Trabalho	189
9.4. Considerações finais	194

Capítulo 10

A atividade no Código do Trabalho	197
10.1. Flexibilidade laboral	198
10.2. Da importância do conceito de atividade para a GRH	202
10.3. Considerações finais	206

Capítulo 11

O trabalho digital e o teletrabalho	209
11.1. Uma nova forma de organizar o trabalho	210
11.2. Teletrabalho e privacidade no local de trabalho	221
11.2.1. O teletrabalho em telecentros	228
11.2.2. O teletrabalho no domicílio	237
11.3. Considerações finais	240

Capítulo 12

A revisão do Código do Trabalho de 2009 e o propósito da efetividade legal no trabalho	243
12.1. Os propósitos de revisão do Código do Trabalho	244
12.2. Efetividade legal no trabalho	256
12.2.1. Economia informal e trabalho	257
12.2.2. Trabalho não declarado e trabalho irregular em Portugal	259
12.3. Considerações finais	264

Bibliografia	265
---------------------	-----